



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,

A DME Energética S.A. - DMEE (“Companhia” ou “DMEE”) submete, à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1 Comercialização de Energia

Em 2018, a DMEE forneceu 504.651,33 MWh, sendo 214.745,51 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 249.224,38 MWh no Ambiente de Contratação Livre (ACL), e 40.681,44 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013.

No ano de 2018, a DMEE continuou exercendo os serviços de representação de clientes livres perante à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, compreendendo, desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia, até a realização das atividades periódicas junto a CCEE. Além da representação, a DMEE também prestou o serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada.

2 Empreendimentos

2.1 Centrais Geradores Hidrelétricas no Rio Pardo e Verde

Em 2018, foi dado prosseguimento à elaboração dos projetos básicos e viabilidade para 3 (três) CGH’S no Rio Pardo e Verde, bem como a conclusão do levantamento planialtimétrico, com perfilhamento a laser das áreas das referidas CGH’S, bem como iniciado o processo de aquisição de terras.

2.2. PCH Boa Vista

No ano de 2018, foi dado prosseguimento à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), visando a obtenção da licença prévia (LP) junto ao órgão ambiental competente; bem como a conclusão do levantamento planialtimétrico com perfilhamento a laser, na área de influência da aludida PCH.

2.3. PCH Marambaia

Em 2018, foi dado prosseguimento à elaboração de Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), visando a obtenção da licença prévia (LP) junto ao órgão ambiental competente; bem como a conclusão do levantamento planialtimétrico, com perfilhamento a laser na área de influência desta PCH.

2.4. Geração Solar

Em 2018, foi contratada empresa especializada para elaboração de projeto básico e de viabilidade para implementação de usina solar fotovoltaica, no município de Poços de Caldas.



3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O faturamento total apresentou um crescimento de 8,98% em relação ao ano de 2017, em decorrência, principalmente, da realização de operações de compra e venda para obtenção de Spread positivo e pelos reajustes nos preços de energia nos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado, assim como pelo recebimento de Receita Anual de Geração – RAG, proveniente da UHE Eng^o Pedro Affonso Junqueira (Antas I), em montante superior em 51,44% em relação ao exercício anterior, uma vez que na revisão da RAG, ocorrida em junho/2018, foi concedido o adicional de receita destinado à GAG melhorias, totalizada no montante de R\$ 2,61 milhões, para o ciclo 2018/2019.

A energia adquirida da BAESA – Energética Barra Grande S.A. apresentou redução de 50,75% no valor de compra, em decorrência: (i) da redução às exposições ao mercado de curto prazo, ocasionada pela melhora no índice do Fator de Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (Generation Scaling Factor – GSF) e pela queda do valor médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, em relação ao período anterior; e (ii) pelo término da amortização do financiamento obtido junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social para implantação da UHE Barra Grande. Em contrapartida, houve um aumento de 110% nas despesas com compra de energia de terceiros, em decorrência da expansão das operações de compra e venda de energia de terceiros. Tais fatores, contribuíram para uma redução nos custos de aquisição de energia em 6,14%, em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram redução de 20,78%, em função, principalmente, da redução das provisões judiciais constituídas no exercício de 2018; e do desligamento de pessoal decorrente do Programa de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV.

O resultado apresentado na equivalência patrimonial oscilou negativamente em 121,46%, gerando uma perda de equivalência patrimonial de R\$ 1,02 milhões, ante R\$ 4,76 milhões de ganho no exercício anterior, em decorrência da redução do preço de venda de energia pela BAESA e a piora no resultado da Serra do Facão Energia S.A. – SEFAC, ocasionada pela aquisição de energia para cobertura de GSF e pelo reconhecimento da atualização da Utilização do Bem Público – UBP da UHE Serra do Facão.

As receitas financeiras apresentaram um decréscimo de 31,95%, oriundo, principalmente, da redução da taxa básica de juros (SELIC), a qual apresentou uma redução de 41,75%, proporcionando uma taxa média no exercício de 2018 de 5,79% a.a., ante 9,94% a.a., em 2017. O aumento de 410,99% na despesa financeira, por sua vez, foi ocasionada pela atualização do passivo referente à UBP da UHE Salto Pilão, o qual é atualizado pelo IGP-M, que passou de -0,53% acumulados em 2017, para 7,55% acumulados no período subsequente.

Em decorrência dos fatores supracitados, a DMEE atingiu um lucro líquido de R\$ 32,61 milhões no exercício de 2018, ante R\$ 44,81 milhões do exercício anterior, perfazendo um decréscimo de 27,67% no comparativo dos exercícios.

4. AGRADECIMENTOS

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários das Empresas DME pelo



DME Energética S.A. - DMEE
Tel: (35) 3729-8100 - Fax: (35) 3729-8124
Rua Amazonas, 36 - Centro - CEP: 37701-008
Poços de Caldas - MG - Brasil - www.dmee.com.br
CNPJ: 03.966.583/0001-06 - I.E.: 518.091.852-0090



comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 05 de abril de 2019.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Comercial Financeiro

Demonstrações Financeiras

DME Energética S.A. - DMEE

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
DME Energética S.A. - DMEE
Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê

As demonstrações financeiras da investida Consórcio Empresarial Pai Querê referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram examinadas por auditores independentes. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do investimento no montante de R\$3.782 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.777 mil em 31 de dezembro de 2018).

Registro do Uso do Bem Público em Coligada

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, o investimento e o resultado de equivalência patrimonial nessa coligada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão superavaliados em R\$24.699 mil e R\$1.378 mil, respectivamente (R\$26.077 mil e R\$1.378 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas” acima, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo de investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê no montante de R\$3.782 mil, e o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliados em R\$24.699 mil e R\$1.378 mil, respectivamente. Essas ressalvas afetam significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Concluimos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 05 de Abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

DME Energética S.A. - DMEE

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	165.337	168.829
Contas a receber	5	10.976	9.648
Outros créditos	6	7.211	9.037
Estoque		68	218
		183.592	187.732
Não circulante			
Outros créditos	6	1.309	2.955
Tributos diferidos	17	14.861	15.584
Investimentos	8	105.256	112.420
Imobilizado	9	105.013	106.991
Intangível	10	61.292	64.608
		287.731	302.558
Total do ativo		471.322	490.290

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores - partes relacionadas	7	1.129	4.589
Impostos e contribuições sociais		1.499	992
Outras contas a pagar		1.403	1.558
Uso do bem público - CESAP	11	12.190	11.339
		16.220	18.478
Não circulante			
Uso do bem público – CESAP	11	160.764	153.093
Partes relacionadas	7	1.192	1.513
Provisão para Litígios		289	-
Outras contas a pagar		20	18
		162.266	154.624
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	247.250	247.250
Reserva de lucros		45.586	69.938
		292.836	317.188
Total do passivo		471.322	490.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	13	96.207	88.885
Custos operacionais	14	(14.142)	(14.538)
Energia elétrica comprada	15	(26.614)	(28.356)
Lucro bruto		55.451	45.991
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(4.054)	(5.118)
Outras despesas operacionais		(47)	(503)
Resultado de equivalência patrimonial		(1.023)	4.764
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		50.327	45.134
Receitas financeiras	16	10.556	15.514
Despesas financeiras	16	(20.169)	(3.947)
Resultado financeiro líquido		(9.613)	11.567
Resultado antes dos impostos		40.714	56.701
Contribuição social	17	(1.939)	(2.941)
Imposto de renda	17	(5.439)	(8.146)
Impostos diferidos		(723)	(806)
Lucro líquido do exercício		32.613	44.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	32.613	44.808
Resultado abrangente total	<u>32.613</u>	<u>44.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo complementar	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	247.250	7.338	34.147	8.855	-	297.590
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(4.416)	-	-	(4.416)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.808	44.808
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	2.240	-	-	(2.240)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(10.642)	(10.642)
Dividendo complementar (25%)	-	-	-	(8.855)	(1.787)	(10.642)
Transferência para reserva de lucros	-	-	30.139	-	(30.139)	-
Outros	-	-	490	-	-	490
Saldos em 31 de dezembro de 2017	247.250	9.578	60.360	-	-	317.188
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(41.465)	-	-	(41.465)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.613	32.613
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	1.631	-	-	(1.631)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(7.746)	(7.746)
Dividendo complementar (25%)	-	-	-	-	(7.746)	(7.746)
Transferência para reserva de lucros	-	-	15.491	-	(15.491)	-
Outros	-	-	(9)	-	-	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	247.250	11.209	34.377	-	-	292.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	32.613	44.808
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Uso do bem público - CESAP	(8.522)	(7.683)
Resultado com equivalência patrimonial	1.023	(4.764)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	363	828
Impostos diferidos	723	806
Depreciação e a amortização	7.279	7.395
	33.478	41.390
Variações patrimoniais		
Redução no contas a receber	(1.328)	(997)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	10.684	1.084
(Redução) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA/SEFAC	(3.460)	4.451
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	(507)	548
(Redução) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	(447)	(3.476)
Caixa oriundo das operações	4.942	1.610
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	38.421	43.000
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado/intangível	(2.348)	(1.667)
Dividendos recebidos	7.284	3.060
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	4.937	1.393
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Operações com coligadas e controladas	(9)	(9)
Juros sobre capital próprio	(17.861)	(16.915)
Dividendos pagos	(24.030)	(1.787)
Dividendos intercalares	(4.949)	(4.416)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	46.849	(23.127)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	(3.492)	21.266
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		
Disponibilidades		
No fim do exercício	165.337	168.829
No início do exercício	168.829	147.563
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(3.492)	21.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas		
Venda de energia e serviços	105.246	96.578
Outros resultados	260	(303)
	105.506	96.275
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - custos energia comprada	(26.614)	(28.356)
Material e serviços de terceiros	(2.708)	(3.533)
	(29.322)	(31.889)
Valor adicionado bruto	76.184	64.386
(=) Valor adicionado líquido	76.184	64.386
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	(9.613)	11.367
Resultado da equivalência patrimonial	(1.023)	4.764
	(10.636)	16.131
Valor adicionado total a distribuir	65.548	80.517
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	3.070	2.866
Encargos sociais (exceto INSS)	430	379
Entidade de previdência privada	314	332
Auxílio-alimentação	374	370
Provisões de férias e 13º	567	887
Convênio assistencial e outros benefícios	460	441
Participação nos resultados	204	233
Outros	25	281
	5.444	5.789
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	871	715
IRPJ/CSLL	8.101	11.893
PIS/COFINS e outros	9.039	7.693
Outros	9.480	9.619
	27.491	29.920
Acionistas		
Resultados retidos	32.613	44.808
Total	65.548	80.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A DME Energética S.A. (“Companhia” ou “DMEE”), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 - centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. A DMEE detém as seguintes participações diretas em outras sociedades:

Sociedades/Consórcios	Participação %
Baesa - Energética Barra Grande S.A.(*)	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.(***)	10,0877%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU(**)	10,0000%
Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ	10,0000%
Consórcio Empresarial Salto do Pilão - CESAP	20,0000%

(*) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

(**) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

(***) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

b) Outorgas de geração de energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração de quatro empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de exploração	Tipo de geração	% Participação	Participação DMEE (MW)	Município	Fase
UHE Pedro Affonso Junqueira (UHE Antas I)	8,78	Cotas	UHE	100,00%	8,78	Poços de Caldas - MG	Operação
Salto Pilão (CESAP)	192	PIE	UHE	20,00%	38,38	Apiúna - SC, Ibirama - SC e Lontras – SC	Operação
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,8	PIE	PCH	100,00%	7,8	Poços de Caldas - MG	Operação
Pai Querê (CEPAQ)	292	PIE	UHE	10,00%	29,20	Bom Jesus - RS e Lages – SC	Projeto
	<u>500,58</u>				<u>84,16</u>		

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de geração de energia--Continuação

i) *UHE Antas I*

A partir do mês de abril de 2014, a concessão da Usina Antas I passou a ser de titularidade da DMEE, conforme 1º Termo Aditivo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL. A totalidade da geração da usina é destinada a 34 distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), no regime de cotas. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99.

ii) *Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP*

O Consórcio Empresarial Salto Pilão ("CESAP"), com sede em Florianópolis - SC, foi constituído em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão ("CESAP") com 20%. O Consórcio não têm personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

iii) *PCH Padre Carlos - Rolador*

Conforme Resolução ANEEL nº 136 de 3 de maio de 2000, autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME autarquia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico da central geradora Rolador pelo prazo de trinta anos, com 7,8 MW de potência instalada, localizada no município de Poços de Caldas, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica, nos termos da Resolução ANEEL nº 394 de 04/12/1998 e pela Resolução ANEEL nº 431 de 26 de agosto de 2003 que autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME, a proceder a transferência para a empresa DME Energética S/A da exploração da PCH Rolador e a alteração da denominação para PCH Padre Carlos. A energia hoje produzida é comercializada no ambiente de contratação livre.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de Geração de Energia--Continuação

iv) *Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ*

Através do Decreto de 02/04/2002, foi outorgada às empresas que constituem o Consórcio Empresarial Pai Querê, concessão de uso de bem público para exploração de potencial hidráulico, na condição de produtores independentes, pelo período de 35 anos, por meio da usina hidrelétrica Pai Querê, com 292 MW de potência instalada mínima, localizado em trecho do rio pelotas, município de Lages, Estado de Santa Catarina e Bom Jesus no Estado do Rio Grande do Sul. Objeto do Contrato de Concessão nº 20/2002 de 23/04/2002.

As obras de construção da UHE Pai Querê não foram realizadas em função da ausência de licenciamento ambiental prévio.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações financeiras foi efetuada pela Administração em 5 de abril de 2019.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber
- Nota 18 - Contingências
- Nota 19 - Instrumentos financeiros

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Investimentos em coligadas--Continuação

A Companhia considera que o consórcio Salto Pilão - CESAP é um negócio (*joint operation*) em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Assim, a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras seus ativos, passivos e resultado dessas do consórcio Salto Pilão - CESAP, na proporção de sua participação (20%).

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) *Ativos financeiros--Continuação*

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

(ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge*, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Impairment de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "Unidade Geradora de Caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

iii) Depreciação--Continuação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2018.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não registrou provisões.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O IRPJ/CSLL diferidos da reversão RTT que compreende a amortização e encargos financeiros da UBP - utilização do bem público, será excluído até o término do contrato conforme determinação do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014. Conforme contrato de concessão - cláusula 2ª com prazo de 35 anos, contado a partir da data de sua assinatura em 23/04/2002 a concessão se encerra em 22/04/2037.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

i) *IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes*

A Companhia adotou a nova norma com base no método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados na data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018.

A nova norma IFRS 15 / CPC 47 tem como princípio básico determinar quando uma receita deve ser reconhecida e como deve ser mensurada. Esta nova abordagem traz também a exigência do reconhecimento de receita pelo valor líquido das obrigações. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. Apresenta-se a seguir o resultado deste estudo, levando em consideração as cinco etapas que devem ser atendidas para o reconhecimento da receita segundo a nova norma. As etapas são: identificar o contrato com o cliente; identificar as obrigações de desempenho do contrato; determinar o preço de transação; alocar o preço de transação; e reconhecer quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita / alcançada.

Receita de Geração

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mediante a multiplicação da quantidade de volume de energia vendido pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A adoção do CPC 47 para as atividades anteriormente mencionadas não trouxe impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia.

ii) *IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros*

A Companhia adotou a nova norma com base no método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados na data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018--Continuação

ii) *IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros*

Este normativo traz uma nova abordagem sobre a classificação, reconhecimento, mensuração e provisão para perdas esperadas em ativos e passivos financeiros. O CPC 48 estabelece que a entidade deve, em cada data de balanço, mensurar a provisão de perdas para seus instrumentos financeiros quando o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Estabelece ainda que, todos os ativos financeiros reconhecidos sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

O IFRS 9/ CPC 48 institui três categorias de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias do IAS 39/ CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9
Ativos Financeiros (Circulante/ Não Circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	Disponível para venda	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros (Circulante/ Não Circulante)		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

b) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas--Continuação

CPC 06 (R2)/ IFRS16 - Operações de Arrendamento Mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui os normativos contábeis internacionais IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27. No Brasil, a norma correlata é o CPC 06 (R2). Este novo normativo estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17.

O padrão inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, um arrendatário reconhecerá um passivo referente aos pagamentos de arrendamento (passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento (direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também serão solicitados a reavaliar o passivo de arrendamento após a ocorrência de certos eventos (por exemplo, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento derivado de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar esses pagamentos). O arrendatário geralmente reconhecerá o valor da remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2) é efetivo para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por adotar a nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019, pelo método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados na data da aplicação inicial.

A Companhia está avaliando os impactos de implementação dessa norma.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	592	571
Aplicações financeiras - CDB pré-fixado	164.745	168.258
	165.337	168.829

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	2018	2017
IBS Comercializadora Ltda.	913	888
Brasil Comercializadora de Energia S/A	-	831
Eletropaulo Metropolitana Eletr. de São Paulo	1.046	693
Solenergias Comercializadora de Energia S/A	634	569
Copel Distribuição S/A	529	526
Kroma Comercializadora Energia Ltda	-	519
Light Serviços de Eletricidade S/A	521	508
COELBA - Cia. Eletricidade do Estado da Bahia	410	433
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A	385	360
CELPE - Cia Energética de Pernambuco	375	358
Elektro Redes S/A	231	299
WX Energy Comercializadora Energia	-	239
COELCE - Cia. Energética do Ceará	302	232
Ampla Energia e Serviços S/A	230	223
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	460	212
CEMIG Distribuição S/A	216	209
CEPISA - Cia. Energética do Piauí	231	207
EDP Espírito Santo Distribuição Energia	253	188
EDP São Paulo Distribuição Energia	191	174
Lojas Riachuelo S/A	172	154
COSERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	147	144
CELG Distribuição S/A	143	138
BC Comercializadora Energia	-	135
Deckel Ind. e Com. de Plásticos Técnicos Ltda.	170	133
Energética Comercializadora Energia	130	125
Companhia de Eletricidade do Amapá	30	121
Minerva Comercializadora Energia Ltda.	-	119
Comerc.Com. Energia Elétrica Ltda.	261	201
Companhia Estadual de Distribuição de Energia	123	113

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	116	110
FDR Comercializadora Energia Ltda.	-	109
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	109	106
Companhia Paulista de Força e Luz	79	77
Energisa Paraíba Distrib. Energia S/A	66	64
Energisa Sergipe Distrib. Energia S/A	51	50
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia	48	49
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	17	16
Energisa Borborema Distrib. Energia S/A	10	9
P.Severini Netto Comercial Ltda.	-	2
Condominio Operacional Minas Sul Shopping	-	2
Boven Comercializadora Energia Ltda.	1	2
Companhia Jaguari de Energia	1	1
Delta Comercializadora de Energia Ltda.	276	-
ECEL – Eletron Comercializadora de Energia Ltda.	349	-
Atmo Comercializadora de Energia Ltda	308	-
Ferrero do Brasil Industria Doceria e Alimentar Ltda	247	-
Stima Energia Ltda	152	-
Migratio Gestão e Comercialização de Energia Elétrica Ltda	9	-
RR Comercializadora de Energia e Participações S/A	564	-
Trinity Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	470	-
	<u>10.976</u>	<u>9.648</u>

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

6. Outros créditos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.877	3.778
IRPJ a compensar	2.783	2.605
Prêmio de seguro a apropriar - risco hidrológico	1.306	1.306
Dividendos a receber de coligada	19	1.192
Outros	226	156
	<u>7.211</u>	<u>9.037</u>
Não circulante:		
Risco hidrológico	637	1.932
Outros	672	1.023
	<u>1.309</u>	<u>2.955</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo circulante:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	<u>1.129</u>	4.589
	<u>1.129</u>	4.589
Passivo não circulante:		
P&D - pesquisa e desenvolv. - CESAP	<u>520</u>	874
Aquisição unidade de conservação - CESAP	<u>672</u>	639
	<u>1.192</u>	1.513
Custo:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	<u>9.587</u>	19.468

(a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande, o qual vigorará até 14 de maio de 2036. A DMEE deverá adquirir o montante da energia assegurada (garantia física) proporcional a sua participação na BAESA, em condições de preço definidas entre as partes.

Profissionais-chaves da Administração

A Companhia considerou como “profissionais-chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente e pelo Diretor Comercial-Financeiro, para o exercício de 2018.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 a remuneração da Diretoria Executiva foi apropriada como despesa que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios no montante de R\$1.063 em 2018 (R\$1.112 em 2017).

8. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações em consórcio		
Consórcio Empresarial Pai Querê	<u>3.782</u>	3.777
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S.A.	<u>64.463</u>	69.014
Sefac - Serra do Facão Energia S.A.	<u>28.287</u>	31.197
Etau - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	<u>8.724</u>	8.432
	<u>101.474</u>	108.643
	<u>105.256</u>	112.420

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade de ações	Total do ativo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial 2018	Equivalência patrimonial 2017
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.065.991	730.975	1.411	124	4.024
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	10,0877%	370.899.999	2.302.758	280.407	(28.852)	(2.910)	(727)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	10%	34.895.364	153.274	87.249	17.635	1.763	1.467

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2017	Equivalência patrimonial	Dividendos 2018	Saldo 2018
Baesa	69.014	124	(4.675)	64.463
SEFAC	31.197	(2.910)	-	28.287
ETAU	9.571	1.763	(2.609)	8.724
Total	109.782	(1.023)	(7.284)	101.474

	Saldos 2016	Equivalência patrimonial	Dividendos 2017	Saldo 2017 (reapresentado)
Baesa	65.027	4.024	(38)	69.014
SEFAC	31.925	(727)	-	31.197
ETAU	9.118	1.467	(1.014)	9.571
Total	106.070	4.764	(1.052)	109.782

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa, dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
				2018	2017
Imobilizado em serviço					
Terrenos	n.a.	1.573	-	1.573	1.573
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	18.630	(5.910)	12.720	12.610
Máquinas e equipamentos	3,33%	55.299	(21.317)	33.982	35.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	66.281	(14.975)	51.306	52.736
Veículos	14,29%	120	(87)	33	43
Móveis e utensílios	6,25%	112	(57)	55	44
Sistema de Transmissão e Conexão		1.085	(336)	749	787
Total do imobilizado em serviço		143.100	(42.682)	100.418	103.501
Imobilizado em curso					
Imobilizado em curso		3.339	-	3.339	2.266
Total do imobilizado em curso		3.339	-	3.339	2.266
Administração:					
Terrenos	n.a.	356	-	356	356
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(595)	691	734
Máquinas e equipamentos	6,25%	476	(372)	104	63
Móveis e utensílios	6,25%	240	(183)	57	71
Veículos	14,29%	162	(114)	48	-
Total do imobilizado – administração		2.520	(1.264)	1.256	1.224
Total do imobilizado		148.959	(43.946)	105.013	106.991

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

a) Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL nº 674/2015

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
			2018	2017
Ativo imobilizado em serviço				
Geração	143.100	(42.682)	100.418	103.501
Administração	2.521	(1.265)	1.256	1.224
	145.621	(43.947)	101.674	104.725
Ativo imobilizado em curso				
Geração	3.339	-	3.339	2.266
	148.960	(43.947)	105.013	106.991

b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	2017	Adições	Baixas	Transferências	2018
Terrenos	2.115	-	-	-	2.115
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.168	578	-	-	22.746
Máquinas e equipamentos	67.912	99	(70)	134	68.075
Reservatórios, barragens e adutoras	82.595	-	-	-	82.595
Veículos	230	-	-	16	246
Móveis e utensílios	341	-	-	53	394
Sistema Transmissão e Conexão	1.085	-	-	-	1.085
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-	(31.634)
	144.812	677	(70)	203	145.622
Imobilizado em curso	2.266	1.570	(295)	(203)	3.339
	147.078	2.247	(365)	-	148.961

As baixas do ativo imobilizado em curso, se referem à reclassificações do imobilizado em curso (máquinas e equipamentos) para intangíveis (softwares), bem como, baixas ocorridas no Consórcio Empresarial Salto Pilão – aquisições a imobilizar.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

c) Movimentação da depreciação acumulada

	2017	Adições	Baixas	2018
Reservatórios, barragens e adutoras	(15.493)	(1.812)	-	(17.305)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.503)	(610)	-	(7.113)
Máquinas e equipamentos	(22.105)	(2.298)	2	(24.400)
Veículos	(186)	(15)	-	(201)
Móveis e utensílios	(224)	(21)	-	(245)
Bens indenizados - Antas I	4.722	932	-	5.654
Sistema Transmissão e Conexão	(298)	(38)	-	(336)
	(40.087)	(3.862)	2	(43.946)

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução adicional ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

10. Intangível

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
				2018	2017
Em serviço	20%	88.665	(27.472)	61.193	64.594
Software	20%	322	(223)	99	14
Total do intangível		88.986	(27.694)	61.292	64.608

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

a) Movimentação do intangível

	2016	Adições	Amortização	2017	Adições	Amortização	2018
UHE Salto Pilão	-	4	-	4	-	(1)	3
UBP - Salto Pilão	67.990	-	(3.401)	64.589	-	(3.400)	61.189
PCH Padre Carlos	1	-	-	1	-	-	1
Software	22	-	(8)	14	101	(16)	99
Total do intangível	68.013	4	(3.409)	64.608	101	(3.417)	61.292

Contrato de Concessão - AHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação pelo respectivo prazo remanescente da concessão, e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorre do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União.

Em "Outros intangíveis" estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

11. Uso do bem público (CESAP)

	2018	2017
UBP - CESAP (passivo circulante)	12.190	11.339
UBP - CESAP (passivo não circulante)	160.764	153.093
	172.954	164.432

O Uso do bem público é uma obrigação decorrente do Contrato de Concessão a ser recolhido mensalmente à União a partir do início da operação comercial e até o 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico o montante de R\$510.000 (base de preços de outubro de 2001). A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo prazo da concessão.

A obrigação foi registrada no passivo em julho de 2009, data da Licença Ambiental de Operação do Consórcio, e vem sendo atualizado pelo IGPM, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e seus Aditivos. Esta obrigação foi contabilizada originalmente ajustada a valor presente.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017, subscrito e totalmente integralizado é de R\$247.250, divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

No exercício de 2018 foram pagos dividendos relativos a lucros acumulados à DME Poços de Caldas Participações S/A no valor de R\$39.095 mil, conforme atas AGE de 20 de março de 2018, 22/08/2018, 29/11/2018 e 14/12/2018.

d) Destinação do lucro líquido

A Companhia destina como dividendo anual até 50% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Dividendos adicionais declarados ainda não aprovados, só devem ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Dessa forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

No exercício de 2018 a Companhia deliberou pelo pagamento nos meses de julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de juros sobre o capital próprio para sua única acionista DME Poços de Caldas Participações S.A., no valor total de R\$17.861 (R\$16.915 em 2017) calculados sobre as contas do patrimônio líquido utilizando a taxa de juros de longo prazo no período de janeiro a dezembro, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2018, a Companhia apurou o valor de R\$15.492 mil que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício. Os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e sua diferença absorvida no patrimônio líquido da Companhia.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	32.613	44.808
(-) Reserva legal	(1.631)	(2.240)
Base de cálculo	30.982	42.568
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.746	10.642
Dividendos adicionais estatutários (25%)	7.746	10.642
Dividendos	15.492	21.284

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

13. Receita operacional líquida

a) Receita com fornecimento de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia elétrica	54.034	52.228
Comercialização de energia	32.607	32.793
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	621	2.286
Usina Antas I - Regime de Cotas	3.848	2.541
Venda Energia Elétrica para Terceiros	14.136	6.729
	<u>105.246</u>	<u>96.577</u>
Deduções da receita operacional		
PIS/Pasep	(1.227)	(1.062)
COFINS	(5.654)	(4.894)
Encargos do consumidor - P&D	(449)	(397)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(130)	(120)
ICMS - Comercialização com Terceiros	(750)	(283)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(829)	(936)
	<u>(9.039)</u>	<u>(7.692)</u>
	<u>96.207</u>	<u>88.885</u>

14. Custos operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação operacional	3.862	3.986
Amortização operacional	3.417	3.409
Serviços de terceiros	1.788	2.594
Encargos de uso rede elétrica	1.645	1.598
Pessoal	3.269	2.617
Material	197	209
Outros	(36)	125
	<u>14.142</u>	<u>14.538</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Energia elétrica comprada

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	9.587	19.468
Federal Energia Ltda	-	3.257
Brasil Comercializadora Energia S/A	6.582	1.588
CCEE - risco hidrológico	1.295	1.295
Clime Trading Comercializ.Energia Ltda	199	781
Deal Comercializadora de Energia Ltda	885	640
Boven Comercializ. Energia Ltda	3.863	397
FDR Comercializ. Energia Ltda	109	350
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	409	292
Bio Energia Comércio de Energia	3.683	280
Encargos de Transmissão - RE-TUSD	2	8
	<u>26.614</u>	<u>28.356</u>

A partir de 1º de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC e toda a energia da SEFAC esta sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

16. Receitas e despesas financeiras líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	10.856	16.164
Receita não operacional	238	200
Juros recebidos	-	16
(-) Tributos sobre receita financeira	(538)	(866)
	<u>10.556</u>	<u>15.514</u>
Despesa financeira		
Encargos financeiros UBP Salto Pilião	(15.451)	993
Uso do bem público - UBP - AVP	(4.648)	(4.784)
Outras despesas	(41)	(128)
Atualização financeira - P&D	(29)	(28)
	<u>(20.169)</u>	<u>(3.947)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.613)</u>	<u>11.567</u>

Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2018 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017:

	2018	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	40.714	40.714
Adições temporárias e permanentes	7.457	7.457
Exclusões temporárias e permanentes	(26.630)	(26.630)
Base de cálculo	21.541	21.541
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.231	1.939
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	2.130	-
Outros	78	-
Total impostos correntes	5.439	1.939

	2017	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	56.701	56.701
Adições temporárias e permanentes	3.627	3.627
Exclusões temporárias e permanentes	(27.648)	(27.648)
Base de cálculo	32.681	32.681
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.902	2.941
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.244	-
Total impostos correntes	8.146	2.941

b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

Diferenças temporárias	2018	2017
Diferenças Temporárias	244	-
Reversão RTT - amortização UBP	8.013	8.450
Reversão RTT - encargos financeiros UBP	35.451	37.385
Base impostos diferidos	43.708	45.835
Alíquota aplicável	34%	34%
Impostos diferidos ativos	14.861	15.584
Total despesa imposto diferido	723	806

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Contingências

A Companhia possui processo judicial trabalhista da UHE Salto Pilão, da ordem de 45, considerado como perda provável pela Administração, registrado por apropriação na proporção de sua participação no Consórcio empresarial Salto Pilão, bem como, processo judicial do Espólio Pedro Afonso Guimarães, para o qual, na avaliação de risco da Administração, baseada na opinião da Assessora Jurídica da DMEE, apresenta risco provável de perda que demande a constituição de provisões no valor de R\$ 244, conforme estabelecido pelo CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente. O mencionado processo referente a compromisso de compra e venda de uma área rural, em trâmite perante a Comarca de Caldas-MG, o qual está na fase pericial, sem sentença de primeiro grau.

A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pela sua Assessoria Jurídica com risco de perda possível.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Nível de hierarquia--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(reapresentado)
Certificados de Depósitos Bancários – CDB’s	164.692	168.100
Aplicação CESAP	53	158
	164.745	168.258

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 se aproximam de seus valores contábeis.

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia - a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, é abastecida predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.
- O setor elétrico brasileiro está enfrentando um período de crise, que se iniciou em 2012, devido, principalmente, à hidrologia desfavorável, com energia natural afluyente e volume armazenado dos reservatórios muito baixos, o que leva à: (a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; (b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas; (c) Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços no mercado livre e mercado regulado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

21. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2018 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

22. Eventos subsequentes

Em 15 de março de 2019, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e DME Energética S.A. - DMEE celebraram o “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, através do qual a DMEE, de forma irrevogável e irretroatável, se comprometeu a comprar e a receber 1.528.804 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e quatro) ações de emissão da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU, representativas de 4,38% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A concretização da operação está sujeito à determinadas condições suspensivas, dentre as quais a anuência prévia e expressa de credores, que encontram-se em providências.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Comercial-Financeiro

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores representantes do Acionista,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da DME Energética S.A. - DMEE para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

1) Geração

Em 31/12/2018, a Concessionária detinha 136,99 MW de potência instalada em operação, dos quais 54,96 MW em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e 82,03 MW por meio da participação proporcional nas SPE's, conforme quadro a seguir:

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MWm) Proporc.	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	208,47	123,33		54,96	32,05		
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,80	4,07	100%	7,80	4,07	15/07/2003	03/05/2030
UHE Antas I	8,78	5,16	100%	8,78	5,16	1911	31/12/2042
UHE Salto Pilão	191,89	114,10	20%	38,38	22,82	11/12/2009	22/04/2037
Sociedade de Propósito Especifico	900,00	551,60		82,03	50,91		
UHE Barra Grande	690,00	372,80	8,8189%	60,85	32,88	03/11/2005	13/05/2036
UHE Serra do Facão	210,00	178,80	10,0877%	21,18	18,04	12/07/2010	06/11/2036
Total	1.108,47	674,93		136,99	82,96		

A Companhia concluiu a elaboração do projeto básico das duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) e deu continuidade ao estudo das três Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH's), que adicionarão 31,88 MW de potência instalada ao parque gerador da empresa. Foi iniciado também os projetos para licenciamento ambiental e aquisição de terras. Abaixo segue quadro com as características dos empreendimentos:

Projetos de Usinas - Características Físicas							
Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW médio) Proporc.	Previsão Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	31,88	16,98		31,88	16,98		
PCH Boa Vista	16,00	8,41	100,00%	16,00	8,41	nov/2025	
PCH Marambaia	8,50	4,51	100,00%	8,50	4,51	nov/2023	
CGH Darci	2,93	1,61	100,00%	2,93	1,61	-	
CGH Curimbaba	2,40	1,32	100,00%	2,40	1,32	-	
CGH Fervedor	2,05	1,13	100,00%	2,05	1,13	-	
Planta Solar	5,00	1,15	100,00%	5,00	1,15	dez/2020	
Total	36,88	16,98		31,88	16,98		

Estes projetos de geração consumiram R\$1.874,15 mil de investimentos até 31/12/2018 (sendo R\$ 1.133,92 mil gastos até 31/12/2017), principalmente com a elaboração dos Projetos Básicos das CGH's, aquisição de terras para a CGH Fervedor e realização de serviços topográficos para todos os empreendimentos. Atualmente, a DMEE não possui nenhum ativo de geração em construção.

Garantia Física Realizada e Esperada							
Usina - GF MWm Proporc.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Integral e Compartilhada	31,03	32,05	32,05	32,05	32,05	32,05	32,05
PCH Padre Carlos (Rolador)	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07	4,07
UHE Antas I	5,16	5,16	5,16	5,16	5,16	5,16	5,16
UHE Salto Pilão	21,80	22,82	22,82	22,82	22,82	22,82	22,82
Sociedade de Propósito Especifico	51,92	50,91	50,91	50,91	50,91	50,91	50,91
UHE Barra Grande	33,56	32,88	32,88	32,88	32,88	32,88	32,88
UHE Serra do Facão	18,36	18,04	18,04	18,04	18,04	18,04	18,04
Total	82,95	82,96	82,96	82,96	82,96	82,96	82,96

Em 31/12/2018, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio dos CCEAR's, o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/Jan/2018	Preço no ACR em data e Índice de 1º/Jan/2018
Integral e Compartilhada		
UHE Antas I	100% no Regime de Cotas de Garantia Física	R\$ 60,49 Reajuste/revisão RAG julho
UHE Salto Pilão	87,64% ACR até o vcto. Outorga	R\$ 248,38 Cesta várias datas
Sociedade de Propósito Especifico		
UHE Barra Grande*	19,79% ACR até 31/12/2018	R\$ 158,66

* DMEE figurou como vendedora no 15º LEE (A-1) de 2015, tendo como lastro parte do take da DMEE na UHE Barra Grande.

No segmento de geração, destacam-se também as seguintes atividades:

UHE Pedro Affonso Junqueira - Antas I (Poços de Caldas – MG)

Em relação à Manutenção da citada UHE, destacam as seguintes atividades realizadas em 2018:

- Centralização do Centro de Operação da Geração, com reforma da sala de operações;
- Reforma da excitatriz da máquina 6;
- Elaboração de Especificação Técnica para substituição da Unidade Hidráulica da máquina 7;
- Elaboração de Especificação Técnica para automatização da máquina limpa grades da câmara de carga;
- Substituição do sistema supervisorio da máquina 7

PCH Padre Carlos (Poços de Caldas – MG)

No que se refere à Manutenção da PCH, destacam as seguintes atividades realizadas em 2018:

- Substituição dos Reguladores de Velocidade (RV's)
- Reforma civil da casa de máquinas
- Automação da máquina limpa grades da câmara de carga;
- Substituição de sistema supervisorio;

UHE Salto Pilão (Ibirama, Lontras e Apiúna – SC)

No exercício de 2018, foi executado o Plano de Manutenção Anual, com a parada anual dos Grupos Turbina/Gerador 01 e 02. Em relação ao Plano de Investimentos, foram realizadas ações de melhorias e modernizações, em projetos como a reforma da turbina 01, substituição de IHM's, substituição de tubulações, substituição de instrumentação, substituição de banco de bateria, substituição de Equipamentos de TI.

Dentre as ações sócio-ambientais destacam-se os Projetos PVE - Parceria pela Valorização da Educação; Campanha "O Rio Itajaí Pede Nossa Ajuda"; Projeto Bombeiros na Escola; Projeto Defesinha - Defesa Civil na Escola; PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência; Projeto de Cidadania – Escoteiros Guardiões das Águas; e Protetores Ambientais Mirins – Polícia Militar Ambiental.

Centrais Geradores Hidrelétricas

Em 2018, foram elaborados os projetos básicos e de viabilidade das CGH's Darci, Fervedor e Curimbaba, bem como concluído o levantamento planialtimétrico, com perfilamento a laser, e adquirida parte da área da CGH Fervedor.

PCH Boa Vista

No ano de 2018, foi dado prosseguimento à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), visando a obtenção da licença prévia (LP) junto ao órgão ambiental competente; bem como a conclusão do levantamento planialtimétrico com perfilamento a laser, na área de influência da aludida PCH.

PCH Marambaia

Em 2018, foi dado prosseguimento à elaboração de Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), visando a obtenção da licença prévia (LP) junto ao órgão ambiental competente; bem como a conclusão do levantamento planialtimétrico, com perfilamento a laser na área de influência desta PCH.

Geração Solar

Em 2018, foi contratada empresa especializada para elaboração de projeto básico e de viabilidade para implementação de usina solar fotovoltaica, no município de Poços de Caldas.

2) Transmissão

A DMEE possui participação acionária na Empresa de Transmissão do Alto Uruguai – ETAU, concessionária privada do serviço público de transmissão de energia, detentora da concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 4 subestações e 188 km de linha de transmissão, na tensão de 230 kV, interligando as Subestações de Campos Novos, em Santa Catarina, e Santa Marta, no Rio Grande do Sul, abrangendo 02 estados e 13 municípios, sendo 03 no estado de Santa Catarina e 10 no estado do Rio Grande do Sul, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade de Transmissão (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Sociedade de Propósito Específico - ETAU			188,57	1.483		
Trecho A - Campos Novos – Barra Grande	CS	230	34,63	715	29/09/2005	17/12/2032
Trecho B - Barra Grande – Lagoa Vermelha 2	CS	230	58,11	529	29/09/2005	17/12/2032
Trecho C - Lagoa Vermelha – Santa Marta	CS	230	95,83	239	17/04/2005	17/12/2032
Total			188,57	1.483		

Linhas de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Sociedade de Propósito específico	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degra da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	10,00%	48.001	4.800	dez/20	Junho	IGP-M
Total		48.001	4.800			

A RAP esperada, sem considerar novos projetos, é de R\$ 49.243 mil para 2019 (evolução de 24,79% em relação a 2018) e de R\$ 24.630 mil para 2023 (decréscimo de 37,58% em relação a 2018), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - R\$ mil em moeda constante de 31/12/2018

Sociedade de Propósito Específico - RAP Proporcional em moeda constante de 31/12/2018	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	3.784	3.946	4.924	3.489	2.463	2.463	2.463
Consolidado Proporcional	3.784	3.946	4.924	3.489	2.463	2.463	2.463

3) Desempenho econômico-financeiro

Em 2018, o lucro líquido da DMEE foi de R\$ 32,61 milhões, contra R\$ 44,80 milhões em 2017, apresentando um decréscimo de 27,22%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 96,20 milhões, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 88,88 milhões. Esse acréscimo de 8,24% se deve principalmente ao aumento de 8,98% na receita com fornecimento de energia.

As despesas e os gastos operacionais totalizaram, em 2018, R\$ 45,11 milhões, 6,02% inferior em relação à 2017, destacando-se o resultado apresentado na aquisição de energia elétrica que apresentou uma redução de 6,12%, uma vez que em 2018 ocorreu uma redução do preço da energia proveniente do Take da Energética Barra Grande S/A – BAESA, a qual, em virtude da redução do GSF, realizou a redução do seu preço de venda. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 11,14% contra 16,46% em 2017. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 58,36 milhões, superior em 21,30% a 2017, que foi de R\$ 48,11 milhões.

4) Investimentos

Em 2018, os investimentos da Companhia importaram em R\$ 1,46 milhões, 117,10% superior ao realizado em 2017. Para esta mesma rubrica no próximo ano, a Companhia estima um investimento total de R\$ 9,38 milhões, 540,67% a mais que o ano de 2018, visto no exercício de 2019 estarão previstos maiores dispêndios relacionados às PCH's e CGH's assim como do desembolso para aquisição participação societária na Empresa de Transmissão do Alto Uruguai – ETAU alienadas pela Centrais Elétricas do Brasil – Eletrobrás.

5) Valor adicionado

Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 65,54 milhões, representando 62,28% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	
Remunerações	3,07
Encargos sociais (exceto inss)	0,43
Entidade de previdência privada	0,31
Auxílio-alimentação	0,37
Provisões de férias e 13º	0,57
Convênio assistencial e outros benefícios	0,46
Participação nos resultados	0,20
Outros	0,02
	<hr/>
	5,44
Governo	
INSS (sobre folha de pagamento)	0,87
IRPJ/CSLL	8,10
PIS/COFINS e Outros	9,04
Outros	9,48
	<hr/>
	27,49
Acionistas	
Resultados retidos	32,61
	<hr/>
Total	65,54

6) Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

De acordo com a LCM 111/2010 e Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% e dividendo adicional de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Também é facultada a distribuição, intercalar ou intermediária, em relação a qualquer período, dos dividendos apurados através de balanço ou balancete especialmente levantado, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio, a ser imputado aos dividendos obrigatórios.

Em 2018, a DMEE realizou pagamento de juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e artigo 48, § 1º da LCM 111/2010, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2018, a Outorgada pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 17,86 milhões (R\$ 16,91 em 2017), os quais são imputados aos dividendos obrigatórios. Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

No exercício de 2018, foi deliberado em AGE's o pagamento de dividendos intercalares, cujos montantes totalizam R\$ 4,94 milhões, a seu único acionista, DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME.

7) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Outorgada, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 247,25 milhões, divididos em 215,69 milhões de ações ordinárias, nominativas, tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME.

8) Governança Corporativa

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que *“Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”* (“LF 13.303/2016”) foi publicada a Lei Complementar Municipal de Poços de Caldas nº 200, de 28 de dezembro de 2018, que *“Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 111, de 27 de março de 2010, que “Autoriza a transformação do “Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas – DME-PC” de autarquia para empresa pública e a alteração de sua denominação social para “DME Distribuição S.A. – DMED”, autoriza a criação da empresa pública “DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME”, autoriza a transformação da empresa pública “DME Energética Ltda.” de sociedade limitada para sociedade anônima, e dá outras providências.”* (LCM 200/2018”), com a finalidade de adequar as Empresas DME aos ditames da LF 13.303/2016, especificamente, em relação ao disposto em seu Título I, o qual traz dispositivos relacionados à governança corporativa das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Em síntese, as alterações promovidas na LCM 111/2010, com redação dada pela LCM 200/2018, trouxeram as seguintes alterações na governança corporativa da DME: (i) criação de Conselho de Administração, com 7 (sete) membros, dentre os quais 1 (um) representante eleito dentre os empregados e 2 (dois) membros independentes; (ii) criação de Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 3 (três) membros, dentre os quais 2 (dois) membros independentes; (iii) criação de Comitê de Avaliação Estatutário, composto por 3 (três) membros; em conformidade com o artigo 10 da Lei 13.303/2016; (iv) alteração da forma de funcionamento do Conselho Fiscal, o qual deverá ser permanente, composto por 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, dentre os quais 1 (um) membro deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública direta do Município de Poços de Caldas; e (v) criação do cargo de Diretor Técnico, cuja responsabilidade será a operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão da Companhia; em cumprimento ao disposto no artigo 13, inciso II, da Lei 13.303/2016, o qual determina a quantidade mínima de 3 (três) diretores por empresa pública.

9) Responsabilidade social

Em 2018, a DMEE investiu R\$ R\$ 33 mil em projeto incentivado pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte. O projeto, denominado Escola de Vida e Futebol, utiliza o esporte, a música, o teatro e muitas outras atividades oferecidas pela Associação de Promoção Humana e Ação Social (Aphas), como instrumentos de resgate humano e social.

10) Outorgada em números

Distribuição do valor adicionado

Pessoal

Remunerações	3,07
Encargos sociais (exceto inss)	0,43
Entidade de previdência privada	0,31
Auxílio-alimentação	0,37
Provisões de férias e 13º	0,57
Convênio assistencial e outros benefícios	0,46
Participação nos resultados	0,20
Outros	0,02
	<hr/>
	5,44

Governo

INSS (sobre folha de pagamento)	0,87
IRPJ/CSLL	8,10
PIS/COFINS e Outros	9,04
Outros	9,48
	<hr/>
	27,49

Acionistas

Resultados retidos	32,61
	<hr/>

Total **65,54**

Indicadores de performance **2018**

Salário Médio dos Funcionários (R\$ mil):	7,38
Energia Gerada/comprada por funcionário (MW):	1,75
Retorno de Ativos por unidade (%):	10,89

10. Agradecimentos

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários da DMEE pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 23 de março de 2018.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Comercial Financeiro

Demonstrações Contábeis Regulatórias

DME Energética S.A. - DMEE

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
DME Energética S.A. - DMEE
Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da DME Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião com ressalvas

Investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê

As demonstrações contábeis regulatórias da investida Consórcio Empresarial Pai Querê referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram examinadas por auditores independentes. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do investimento no montante de R\$3.782 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.777 mil em 31 de dezembro de 2018).

Registro do Uso do Bem Público em Coligada

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, o investimento e o resultado de equivalência patrimonial nessa coligada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão superavaliados em R\$24.699 mil e R\$1.378 mil, respectivamente (R\$26.077 mil e R\$1.378 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a DME Energética S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório de auditoria

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas” acima, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo de investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê no montante de R\$3.782 mil, e o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliados em R\$24.699 mil e R\$1.378 mil, respectivamente. Essas ressalvas afetam significativamente a apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Concluimos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

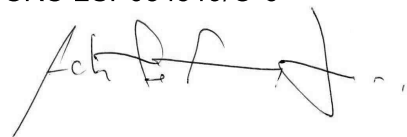
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

DME Energética S.A. - DMEE

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	165.337	168.829
Contas a receber	5	10.976	9.648
Outros créditos	6	7.211	9.037
Estoque		68	218
		183.592	187.732
Não circulante			
Outros créditos	6	1.309	2.955
Tributos diferidos	17	14.861	15.584
Investimentos	8	105.256	112.420
Imobilizado	9	105.013	106.991
Intangível	10	61.292	64.608
		287.731	302.558
Total do ativo		471.322	490.290

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores - partes relacionadas	7	1.129	4.589
Impostos e contribuições sociais		1.499	992
Outras contas a pagar		1.403	1.558
Uso do bem público – CESAP	11	12.190	11.339
		16.220	18.478
Não circulante			
Uso do bem público - CESAP	11	160.764	153.093
Partes relacionadas	7	1.192	1.513
Provisão para Litígios		289	-
Outras contas a pagar		20	18
		162.266	154.624
Patrimônio líquido			
Capital social	12	247.250	247.250
Reserva de lucros		45.586	69.938
		292.836	317.188
Total do passivo		471.322	490.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	13	96.207	88.885
Custos operacionais	14	(14.142)	(14.538)
Energia elétrica comprada	15	(26.614)	(28.356)
Lucro bruto		55.451	45.991
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(4.054)	(5.118)
Outras despesas operacionais		(47)	(503)
Resultado de equivalência patrimonial		(1.023)	4.764
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		50.327	45.134
Receitas financeiras	16	10.556	15.514
Despesas financeiras	16	(20.169)	(3.947)
Resultado financeiro líquido		(9.613)	11.567
Resultado antes dos impostos		40.714	56.701
Contribuição social	17	(1.939)	(2.941)
Imposto de renda	17	(5.439)	(8.146)
Contribuição social diferida		(191)	(213)
Imposto de renda diferido		(532)	(593)
Lucro líquido do exercício		32.613	44.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	32.613	44.808
Resultado abrangente total	<u>32.613</u>	<u>44.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Dividendo complementar	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	247.250	7.338	34.147	8.855	-	297.590
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(4.416)	-	-	(4.416)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.808	44.808
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	2.240	-	-	(2.240)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(10.642)	(10.642)
Dividendo complementar (25%)	-	-	-	(8.855)	(1.787)	(10.642)
Transferência para reserva de lucros	-	-	30.139	-	(30.139)	-
Outros	-	-	490	-	-	490
Saldos em 31 de dezembro de 2017	247.250	9.578	60.360	-	-	317.188
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(41.465)	-	-	(41.465)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.613	32.613
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	1.631	-	-	(1.631)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(7.746)	(7.746)
Dividendo complementar (25%)	-	-	-	-	(7.746)	(7.746)
Transferência para reserva de lucros	-	-	15.491	-	(15.491)	-
Outros	-	-	(9)	-	-	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	247.250	11.209	34.377	-	-	292.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	32.613	44.808
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Uso do bem público - CESAP	(8.522)	(7.683)
Resultado com equivalência patrimonial	1.023	(4.764)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	363	828
Impostos diferidos	723	806
Depreciação e a amortização	7.279	7.395
	<u>33.478</u>	<u>41.390</u>
Variações patrimoniais		
Redução no contas a receber	(1.328)	(997)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	10.684	1.084
(Redução) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA/SEFAC	(3.460)	4.451
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	(507)	548
(Redução) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	(447)	(3.476)
Caixa oriundo das operações	<u>4.942</u>	<u>1.610</u>
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>38.421</u>	<u>43.000</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado/intangível	(2.348)	(1.667)
Dividendos recebidos	7.284	3.060
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>4.937</u>	<u>1.393</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Operações com coligadas e controladas	(9)	(9)
Juros sobre capital próprio	(17.861)	(16.915)
Dividendos pagos	(24.030)	(1.787)
Dividendos intercalares	(4.949)	(4.416)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	<u>(46.849)</u>	<u>(23.127)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>(3.492)</u>	<u>21.266</u>
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		
Disponibilidades		
No fim do exercício	165.337	168.829
No início do exercício	168.829	147.563
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>(3.492)</u>	<u>21.266</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A DME Energética S.A. (“Companhia” ou “DMEE”), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 - centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. A DMEE detém as seguintes participações diretas em outras sociedades:

<u>Sociedades/Consórcios</u>	<u>Participação %</u>
Baesa - Energética Barra Grande S.A.(*)	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.(***)	10,0877%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU(**)	10,0000%
Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ	10,0000%
Consórcio Empresarial Salto do Píllão - CESAP	20,0000%

(*) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

(**) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

(***) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

b) Outorgas de geração de energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração de quatro empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

<u>Usina</u>	<u>Potência (MW)</u>	<u>Regime de exploração</u>	<u>Tipo de geração</u>	<u>% Participação</u>	<u>Participação DMEE (MW)</u>	<u>Município</u>	<u>Fase</u>
UHE Pedro Affonso Junqueira (UHE Antas I)	8,78	Cotas	UHE	100,00%	8,78	Poços de Caldas - MG	Operação
Salto Píllão (CESAP)	192	PIE	UHE	20,00%	38,38	Apiúna - SC, Ibirama - SC e Lontras - SC	Operação
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,8	PIE	PCH	100,00%	7,8	Poços de Caldas - MG	Operação
Pai Querê (CEPAQ)	292	PIE	UHE	10,00%	29,20	Bom Jesus - RS e Lages - SC	Projeto
	<u>500,58</u>				<u>84,16</u>		

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de geração de energia--Continuação

i) *UHE Antas I*

A partir do mês de abril de 2014, a concessão da Usina Antas I passou a ser de titularidade da DMEE, conforme 1º Termo Aditivo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL. A totalidade da geração da usina é destinada a 34 distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), no regime de cotas. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99.

ii) *Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP*

O Consórcio Empresarial Salto Pilão ("CESAP"), com sede em Florianópolis - SC, foi constituído em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão ("CESAP") com 20%. O Consórcio não têm personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

iii) *PCH Padre Carlos - Rolador*

Conforme Resolução ANEEL nº 136 de 3 de maio de 2000, autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME autarquia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico da central geradora Rolador pelo prazo de trinta anos, com 7,8 MW de potência instalada, localizada no município de Poços de Caldas, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica, nos termos da Resolução ANEEL nº 394 de 04/12/1998 e pela Resolução ANEEL nº 431 de 26 de agosto de 2003 autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME, a proceder a transferência para a empresa DME Energética S/A da exploração da PCH Rolador e a alteração da denominação para PCH Padre Carlos. A energia hoje produzida é comercializada no ambiente de contratação livre.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de Geração de Energia--Continuação

iv) *Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ*

Através do Decreto de 02/04/2002, foi outorgada às empresas que constituem o Consórcio Empresarial Pai Querê, concessão de uso de bem público para exploração de potencial hidráulico, na condição de produtores independentes, pelo período de 35 anos, por meio da usina hidrelétrica Pai Querê, com 292 MW de potência instalada mínima, localizado em trecho do rio pelotas, município de Lages, Estado de Santa Catarina e Bom Jesus no Estado do Rio Grande do Sul. Objeto do Contrato de Concessão nº 20/2002 de 23/04/2002.

As obras de construção da UHE Pai Querê não foram realizadas em função da ausência de licenciamento ambiental prévio.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

a) Declaração de conformidade--Continuação

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi efetuada pela Administração em 05 de abril de 2019.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber
- Nota 18 - Contingências
- Nota 20 - Instrumentos financeiros

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

a) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

Companhia considera que o consórcio Salto Pilão - CESAP é um negócio (*joint operation*) em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Assim, a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras seus ativos, passivos e resultado dessas do consórcio Salto Pilão - CESAP, na proporção de sua participação (20%).

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente.

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) *Ativos financeiros--Continuação*

Mensuração subsequente

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis --Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) *Ativos financeiros--Continuação*

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis --Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis --Continuação

- b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) *Passivos financeiros--Continuação*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis --Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Impairment de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "Unidade Geradora de Caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

iii) *Depreciação*--Continuação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2018.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não registrou provisões.

g) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O IRPJ/CSLL diferidos da reversão RTT que compreende a amortização e encargos financeiros da UBP - utilização do bem público, será excluído até o término do contrato conforme determinação do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014. Conforme contrato de concessão - cláusula 2ª com prazo de 35 anos, contado a partir da data de sua assinatura em 23/04/2002 a concessão se encerra em 22/04/2037.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Impostos e contribuições

A Companhia apura e calcula seus tributos, impostos e contribuições, com base em regime de competência:

- O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados de acordo com a Apuração Mensal no LALUR (Livro de apuração do Lucro Real).
- As contribuições do PIS e da COFINS são apuradas conforme o faturamento mensal da Companhia.
- As contribuições ao INSS e ao FGTS são apuradas de acordo com a folha de pagamento mensal da Companhia.
- O ISSQN e o IRRF são retidos quando da contratação e prestação de serviços de terceiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	592	571
Aplicações financeiras - CDB pré-fixado	<u>164.745</u>	<u>168.258</u>
	<u>165.337</u>	<u>168.829</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

	2018	2017
IBS Comercializadora Ltda	913	888
Brasil Comercializadora de Energia S/A	-	831
Eletropaulo Metropolitana Eletr. De São Paulo	1.046	693
Solenergias Comercializadora de Energia S/A	634	569
Copel Distribuição S/A	529	526
Kroma Comercializadora Energia Ltda	-	519
Light Serviços de Eletricidade S/A	521	508
COELBA - Cia. Eletricidade do Estado da Bahia	410	433
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A	385	360
CELPE - Cia Energética de Pernambuco	375	358
Elektro Redes S/A	231	299
WX Energy Comercializadora Energia	-	239
COELCE - Cia. Energética do Ceará	302	232
Ampla Energia e Serviços S/A	230	223
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	460	212
CEMIG Distribuição S/A	216	209
CEPISA - Cia Energética do Piauí	231	207
EDP Espírito Santo Distribuição Energia	253	188
EDP São Paulo Distribuição Energia	191	174
Lojas Riachuelo S/A	172	154
COSEERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	147	144
CELG Distribuição S/A	143	138
BC Comercializadora Energia	-	135
Deckel Ind. E Com. De Plásticos Técnicos Ltda.	170	133
Energética Comercializadora Energia	130	125
Companhia de Eletricidade do Amapá	30	121
Minerva Comercializadora Energia Ltda	-	119
Comerc.Com. Energia Elétrica Ltda	261	201
Companhia Estadual de Distribuição de Energia	123	113
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	116	110
FDR Comercializadora Energia Ltda	-	109
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	109	106
Companhia Paulista de Força e Luz	79	77
Energisa Paraíba Distrib. Energia S/A	66	64
Energisa Sergipe Distrib. Energia S/A	51	50
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia	48	49
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	18	16
Energisa Borborema Distrib. Energia S/A	10	9
P.Severini Netto Comercial Ltda	-	2
Condominio Operacional Minas Sul Shopping	-	2
Boven Comercializadora Energia Ltda	1	2
Companhia Jaguari de Energia	1	1
Delta Comercializadora de Energia Ltda.	276	-
ECEL – Eletron Comercializadora de Energia Ltda.	349	-
Atmo Comercializadora de Energia Ltda.	308	-
Ferrero do Brasil indústria Doceria e Alimentar Ltda.	247	-
Stima Energia Ltda.	152	-
Migratio Gestão e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.	9	-
RR Comercializadora de Energia e Participações S/A	564	-
Trinity Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	469	-
	10.976	9.648

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

6. Outros créditos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.877	3.778
IRPJ a compensar	2.783	2.605
Prêmio de seguro a apropriar - risco hidrológico	1.306	1.306
Dividendos a receber de coligada	19	1.192
Outros	226	156
	<u>7.211</u>	<u>9.037</u>
Não circulante:		
Risco hidrológico	637	1.932
Outros	672	1.023
	<u>1.309</u>	<u>2.955</u>

7. Partes relacionadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo circulante:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	1.129	4.589
	<u>1.129</u>	<u>4.589</u>
Passivo não circulante:		
P&D - pesquisa e desenvolvimento - CESAP	520	874
Aquisição unidade de conservação - CESAP	672	639
Taxa fiscalização ANEEL - UHE Antas I	-	-
	<u>1.192</u>	<u>1.513</u>
Custo:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	9.587	19.468

- (a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande, o qual vigorará até 14 de maio de 2036. A DMEE deverá adquirir o montante da energia assegurada (garantia física) proporcional a sua participação na BAESA, em condições de preço definidas entre as partes.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas--Continuação

Profissionais-chaves da Administração

A Companhia considerou como “profissionais-chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente e pelo Diretor Comercial-Financeiro, para o exercício de 2018.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 a remuneração da Diretoria Executiva foi apropriada como despesa que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios no montante de R\$1.063 em 2018 (R\$1.112 em 2017).

8. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações em consórcio		
Consórcio Empresarial Pai Querê	3.781	3.777
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S.A.	64.463	69.014
Sefac - Serra do Facão Energia S.A.	28.287	31.197
Etau - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	8.725	8.432
	<u>101.475</u>	<u>108.643</u>
	<u>105.256</u>	<u>112.420</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade e de ações	Total do ativo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial 2018	Equivalência patrimonial 2017
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.065.991	730.975	1.411	124	4.024
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	10,0877%	370.899.999	2.302.758	280.407	(28.852)	(2.910)	(727)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	10%	34.895.364	153.274	87.249	17.635	1.763	1.467
						(1.023)	4.764

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2017	Equivalência patrimonial	Dividendos 2018	Saldo 2018
Baesa	69.014	124	(4.675)	64.463
SEFAC	31.197	(2.910)	-	28.287
ETAU	9.571	1.763	(2.609)	8.725
Total	109.782	(1.023)	(7.284)	101.475

	Saldos 2016	Equivalência patrimonial	Dividendos 2017	Saldo 2017
Baesa	65.027	4.024	(38)	69.014
SEFAC	31.925	(727)	-	31.197
ETAU	9.118	1.467	(1.014)	9.571
Total	106.070	4.764	(1.052)	109.782

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa, dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
				2018	2017
Imobilizado em serviço					
Terrenos	n.a.	1.573	-	1.573	1.573
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	18.630	(5.910)	12.720	12.610
Máquinas e equipamentos	3,33%	55.299	(21.317)	33.982	35.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	66.281	(14.975)	51.306	52.736
Veículos	14,29%	120	(87)	33	43
Móveis e utensílios	6,25%	112	(57)	55	44
Sistema de Transmissão e Conexão		1.085	(336)	749	787
Total do imobilizado em serviço		143.100	(42.682)	100.418	103.501
Imobilizado em curso					
Imobilizado em curso		3.339	-	3.339	2.266
Total do imobilizado em curso		3.339	-	3.339	2.266
Administração:					
Terrenos	n.a.	356	-	356	356
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(595)	691	734
Máquinas e equipamentos	6,25%	476	(372)	104	63
Móveis e utensílios	6,25%	240	(183)	57	71
Veículos	14,29%	162	(114)	48	-
Total do imobilizado - administração		2.520	(1.264)	1.256	1.224
Total do imobilizado		148.959	(43.946)	105.013	106.991

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

- a) Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL 674/2015

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização/ acumulada	Líquido	
			2018	2017
Ativo imobilizado em serviço				
Geração	143.100	(42.682)	100.418	103.501
Administração	2.520	(1.264)	1.256	1.224
	145.620	(43.946)	101.674	104.725
Ativo imobilizado em curso				
Geração	3.339	-	3.339	2.266
	148.959	(43.946)	105.013	106.991

- b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	2017	Adições	Baixas	Transferências	2018
Terrenos	2.115	-	-	-	2.115
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.168	578	-	-	22.746
Máquinas e equipamentos	67.912	99	(70)	134	68.075
Reservatórios, barragens e adutoras	82.595	-	-	-	82.595
Veículos	230	-	-	16	246
Móveis e utensílios	341	-	-	53	394
Sistema Transmissão e Conexão	1.085	-	-	-	1.085
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-	(31.634)
	144.812	677	(70)	203	145.622
Imobilizado em curso	2.266	1.570	(295)	(203)	3.339
	147.078	2.247	(365)	-	148.961

As baixas do ativo imobilizado em curso, se referem à reclassificações do imobilizado em curso (máquinas e equipamentos) para intangíveis (softwares), bem como, baixas ocorridas no Consórcio Empresarial Salto Pilão – aquisições a imobilizar.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

c) Movimentação da depreciação acumulada

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>
Reservatórios, barragens e adutoras	(15.493)	(1.812)	-	(17.305)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.503)	(610)	-	(7.113)
Máquinas e equipamentos	(22.105)	(2.298)	3	(24.400)
Veículos	(186)	(15)	-	(201)
Móveis e utensílios	(224)	(21)	-	(245)
Bens Indenizados - Antas I	4.722	932	-	5.654
Sistema Transmissão e Conexão	(298)	(38)	-	(336)
	<u>(40.087)</u>	<u>(3.862)</u>	<u>3</u>	<u>(43.946)</u>

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução adicional ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

10. Intangível

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
				<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em serviço	20%	88.665	(27.472)	61.193	64.594
Software	20%	321	(222)	99	14
Total do intangível		<u>88.986</u>	<u>(27.694)</u>	<u>61.292</u>	<u>64.608</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

a) Movimentação do intangível

	2016	Adições	Amortização	2017	Adições	Amortização	2018
UHE Salto Pilão	-	4	-	4	-	(1)	3
UBP - Salto Pilão	67.990	-	(3.401)	64.589	-	(3.400)	61.189
PCH Padre Carlos	1	-	-	1	-	-	1
Software	22	-	(8)	14	101	(16)	99
Total do intangível	68.013	4	(3.409)	64.608	101	(3.417)	61.292

Contrato de Concessão - AHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação pelo respectivo prazo remanescente da concessão, e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorre do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União.

Em "Outros intangíveis" estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

11. Uso do bem público (CESAP)

	2018	2017
UBP - CESAP (passivo circulante)	12.190	11.339
UBP - CESAP (passivo não circulante)	160.764	153.093
	172.954	164.432

O Uso do bem público é uma obrigação decorrente do Contrato de Concessão a ser recolhido mensalmente à União a partir do início da operação comercial e até o 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico o montante de R\$510.000 (base de preços de outubro de 2001). A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo prazo da concessão.

A obrigação foi registrada no passivo em julho de 2009, data da Licença Ambiental de Operação do Consórcio, e vem sendo atualizado pelo IGPM, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e seus Aditivos. Esta obrigação foi contabilizada originalmente ajustada a valor presente.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017, subscrito e totalmente integralizado é de R\$247.250, divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

No exercício de 2018 foram pagos dividendos relativos a lucros acumulados à DME Poços de Caldas Participações S/A no valor de R\$39.095 mil, conforme atas AGE de 20 de março de 2018, 22/08/2018, 29/11/2018 e 14/12/2018.

d) Destinação do lucro líquido

A Companhia destina como dividendo anual até 50% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Dividendos adicionais declarados ainda não aprovados, só devem ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Dessa forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

No exercício de 2018 a Companhia deliberou pelo pagamento nos meses de julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de juros sobre o capital próprio para sua única acionista DME Poços de Caldas Participações S.A., no valor total de R\$17.861 (R\$16.915 em 2017) calculados sobre as contas do patrimônio líquido utilizando a taxa de juros de longo prazo no período de janeiro a dezembro, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2018, a Companhia apurou o valor de R\$15.492 mil que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício. Os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e sua diferença absorvida no patrimônio líquido da Companhia.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	32.613	44.808
(-) Reserva legal	(1.631)	(2.240)
Base de cálculo	<u>30.982</u>	<u>42.568</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.746	10.642
Dividendos adicionais estatutários (25%)	7.746	10.642
Dividendos	<u>15.492</u>	<u>21.284</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

13. Receita operacional líquida

a) Receita com fornecimento de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia elétrica	54.034	52.228
Comercialização de energia	32.607	32.793
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	621	2.286
Usina Antas I - Regime de Cotas	3.848	2.541
Venda Energia Elétrica para Terceiros	14.136	6.729
	<u>105.246</u>	<u>96.577</u>
Deduções da receita operacional		
PIS/Pasep	(1.227)	(1.062)
COFINS	(5.655)	(4.894)
Encargos do consumidor - P&D	(449)	(397)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(130)	(120)
ICMS - Comercialização com Terceiros	(750)	(283)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(828)	(936)
	<u>(9.039)</u>	<u>(7.692)</u>
	<u>96.207</u>	<u>88.885</u>

14. Custos operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação operacional	3.862	3.986
Amortização operacional	3.417	3.409
Serviços de terceiros	1.788	2.594
Encargos de uso rede elétrica	1.645	1.598
Pessoal	3.269	2.617
Material	197	209
Outros	(36)	125
	<u>14.142</u>	<u>14.538</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Energia elétrica comprada

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	9.587	19.468
Federal Energia Ltda	-	3.257
Brasil Comercializadora Energia S/A	6.582	1.588
CCEE - risco hidrológico	1.295	1.295
Clime Trading Comercializ.Energia Ltda	199	781
Deal Comercializadora de Energia Ltda	885	640
Boven Comercializ. Energia Ltda	3.863	397
FDR Comercializ. Energia Ltda	109	350
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	409	292
Bio Energia Comércio de Energia	3.684	280
Encargos de Transmissão - RE-TUSD	1	8
	<u>26.614</u>	<u>28.356</u>

A partir de 1º de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC e toda a energia da SEFAC esta sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

16. Receitas e despesas financeiras líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	10.856	16.164
Receita não operacional	238	200
Juros recebidos	-	16
(-) Tributos sobre receita financeira	(538)	(866)
	<u>10.556</u>	<u>15.514</u>
Despesa financeira		
Encargos financeiros UBP Salto Pilião	(15.451)	993
Uso do bem público - UBP - AVP	(4.648)	(4.784)
Outras despesas	(41)	(128)
Atualização financeira - P&D	(29)	(28)
	<u>(20.169)</u>	<u>(3.947)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.613)</u>	<u>11.567</u>

Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2018 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017:

	2018	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	40.714	40.714
Adições temporárias e permanentes	7.457	7.457
Exclusões temporárias e permanentes	(26.630)	(26.630)
Base de cálculo	21.541	21.541
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.231	1.939
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	2.130	-
Outros	78	-
Total impostos correntes	5.439	1.939

	2017	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	56.701	56.701
Adições temporárias e permanentes	3.627	3.627
Exclusões temporárias e permanentes	(27.648)	(27.648)
Base de cálculo	32.681	32.681
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.902	2.941
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.244	-
Total impostos correntes	8.146	2.941

b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

Diferenças temporárias	2018	2017
Diferenças Temporárias	244	-
Reversão RTT - amortização UBP	8.013	8.450
Reversão RTT - encargos financeiros UBP	35.451	37.385
Base impostos diferidos	43.708	45.835
Alíquota aplicável	34%	34%
Impostos diferidos ativos	14.861	15.584
Total despesa imposto diferido	723	806

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Contingências

A Companhia possui processo judicial trabalhista da UHE Salto Pilão, da ordem de 45, considerado como perda provável pela Administração, registrado por apropriação na proporção de sua participação no Consórcio empresarial Salto Pilão, bem como, processo judicial do Espólio Pedro Afonso Guimarães, para o qual, na avaliação de risco da Administração, baseada na opinião da Assessora Jurídica da DMEE, apresenta risco provável de perda que demande a constituição de provisões no valor de R\$ 244, conforme estabelecido pelo CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente. O mencionado processo referente a compromisso de compra e venda de uma área rural, em trâmite perante a Comarca de Caldas-MG, o qual está na fase pericial, sem sentença de primeiro grau.

A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pela sua Assessoria Jurídica com risco de perda possível.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

Nível de hierarquia--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's	164.692	168.100
Aplicação CESAP	53	158
	<u>164.745</u>	<u>168.258</u>

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 se aproximam de seus valores contábeis.

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia - a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, é abastecida predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

O setor elétrico brasileiro está enfrentando um período de crise, que se iniciou em 2012, devido, principalmente, à hidrologia desfavorável, com energia natural afluyente e volume armazenado dos reservatórios muito baixos, o que leva à: (a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; (b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas; (c) Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços no mercado livre e mercado regulado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

21. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2018 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

22. Eventos subsequentes

Em 15 de março de 2019, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e DME Energética S.A. - DMEE celebraram o “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, através do qual a DMEE, de forma irrevogável e irretroatável, se comprometeu a comprar e a receber 1.528.804 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e quatro) ações de emissão da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU, representativas de 4,38% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A concretização da operação está sujeito à determinadas condições suspensivas, dentre as quais a anuência prévia e expressa de credores, que encontram-se em providências.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

23. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 dezembro de 2017						
	31/12/2018	AJUSTE CPCs	31/12/2018	31/12/2017 regulatório	AJUSTE CPCs	31/12/2017 societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	165.337	-	165.337	168.829	-	168.829
Concessionárias e permissionárias	10.976	-	10.976	9.648	-	9.648
Serviços em curso	-	-	-	201	-	201
Tributos compensáveis	5.743	-	5.743	6.419	-	6.419
Almoxarifado operacional	68	-	68	17	-	17
Despesas pagas antecipadamente	1.359	-	1.359	1.336	-	1.336
Outros ativos circulantes	108	-	108	143	-	143
	183.591	-	183.591	186.593	-	186.593
Não circulante						
Serviços em curso	-	-	-	344	-	344
Investimentos temporários - títulos e valores imobiliários	672	-	672	639	-	639
Tributos a compensar	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente - risco hidrológico	637	-	637	1.932	-	1.932
Tributos diferidos	14.861	-	14.861	15.584	-	15.584
Outros ativos não circulantes	-	-	-	40	-	40
Investimentos	105.256	-	105.256	113.559	-	113.559
Imobilizado	105.013	-	105.013	106.991	-	106.991
Intangível	61.292	-	61.292	64.608	-	64.608
	287.731	-	287.731	303.697	-	303.697
Total do ativo	471.322	-	471.322	490.290	-	490.290
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	1.129	-	1.129	4.589	-	4.589
Folha de pagamento	717	-	717	790	-	790
Provisão para litígios - cíveis	-	-	-	208	-	208
Provisão para uso do bem público	12.190	-	12.190	11.339	-	11.339
Encargos setoriais	172	-	172	144	-	144
Tributos e contribuições sociais	1.499	-	1.499	993	-	993
Outras contas a pagar	514	-	514	38	-	38
	16.221	-	16.221	18.478	-	18.478
Não circulante						
Uso do bem público - CESAP	160.764	-	160.764	153.093	-	153.093
Partes relacionadas	1.192	-	1.192	1.513	-	1.513
Provisão para Litígios	289	-	289	-	-	-
Outras contas a pagar	20	-	20	18	-	18
	162.265	-	162.265	154.624	-	154.624
Patrimônio líquido						
Capital social	247.250	-	247.250	247.250	-	247.250
Reserva de lucros	26.630	-	26.630	49.717	-	49.717
Dividendos complementares	7.746	-	7.746	10.642	-	10.642
Reserva legal	11.210	-	11.210	9.579	-	9.579
	292.836	-	292.836	317.188	-	317.188
Total do passivo	471.322	-	471.322	490.290	-	490.290

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

23. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

	Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018 e 2017						
	Notas	31/12/2018	Ajuste CPCs	31/12/2018	31/12/2017	Ajuste CPCs	31/12/2017
		regulatório		societário	regulatório		societário
Receita operacional		105.246	-	105.246	96.577	-	96.577
Suprimento de energia elétrica		54.034	-	54.034	52.228	-	52.228
Energia elétrica de curto prazo		3.848	-	3.848	2.541	-	2.541
Suprimento de energia - geração de terceiros		32.607	-	32.607	32.793	-	32.793
Energia elétrica de curto prazo - CCEE		621	-	621	2.286	-	2.286
Comercialização - energia elétrica terceiros		14.136	-	14.136	6.729	-	6.729
Deduções da receita operacional							
Tributos e encargos		(9.039)	-	(9.039)	(7.692)	-	(7.692)
Tributos		(7631)	-	(7631)	(6.239)	-	(6.239)
Federais		(6.881)	-	(6.881)	(5.956)	-	(5.956)
Estaduais		(750)	-	(750)	(283)	-	(283)
Encargos - Parcela "A"		-	-	-	(1.453)	-	(1.453)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(449)	-	(449)	(397)	-	(397)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(130)	-	(130)	(120)	-	(120)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(829)	-	(829)	(936)	-	(936)
Receita operacional líquida		96.207	-	96.207	88.885	-	88.885
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(28.259)	-	(28.259)	(29.954)	-	(29.954)
Energia elétrica comprada para revenda		(26.613)	-	(26.613)	(28.356)	-	(28.356)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(1.646)	-	(1.646)	(1.598)	-	(1.598)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		67.948	-	67.948	58.931	-	58.931
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(16.859)	-	(16.859)	(18.058)	-	(18.058)
Pessoal e administradores		(6.315)	-	(6.315)	(6.504)	-	(6.504)
Serviço de terceiros		(2.489)	-	(2.489)	(3.286)	-	(3.286)
Material		(219)	-	(219)	(247)	-	(247)
Arrendamentos e aluguéis		(172)	-	(172)	(206)	-	(206)
Tributos		(82)	-	(82)	(111)	-	(111)
Seguros		(69)	-	(69)	(66)	-	(66)
Doações, contrib. e subvenções		(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Provisões		(49)	-	(49)	(208)	-	(208)
Depreciação/amortização		(7.277)	-	(7.277)	(7.243)	-	(7.243)
(-) Recuperação de despesas		(2)	-	(2)	11	-	11
Gastos diversos		(184)	-	(184)	(197)	-	(197)
Outras receitas operacionais		261	-	261	200	-	200
Outras despesas operacionais		-	-	-	(503)	-	(503)
Resultado da equivalência patrimonial		(1.023)	-	(1.023)	4.764	-	4.764
Resultado da atividade da concessão		50.327	-	50.327	45.334	-	45.334
Receita financeira		10.556	-	10.556	15.314	-	15.314
Despesas financeiras		(38.030)	-	(38.030)	(20.862)	-	(20.862)
Lucro (prejuízo) antes da IR e CSLL		22.853	-	22.853	39.786	-	39.786
Imposto de renda corrente		(5.439)	-	(5.439)	(8.146)	-	(8.146)
Contribuição social corrente		(1.939)	-	(1.939)	(2.941)	-	(2.941)
Impostos diferidos		(723)	-	(723)	(806)	-	(806)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		17.861	-	17.861	16.915	-	16.915
Lucro/prejuízo		32.613	-	32.613	44.808	-	44.808

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Junqueira Franco
Diretor Comercial - Financeiro

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG090512/O-2